Auxílio: áreas mais pobres do Brasil estão consumindo quase 40% mais que no pré-pandemia

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Dados levantados pelo Banco Central para um estudo especial sobre o consumo no pós-pandemia dão a medida exata do peso do auxílio emergencial de R\$ 600 sobre os mais pobres. Os números apontam que os municípios de menor renda do país tiveram um forte incremento nas compras com cartão de débito em relação ao período anterior ao coronavírus desembarcar por aqui.

Na região Norte do país, onde estão algumas das cidades mais pobres do país, esses números, da CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos), apontam que nas primeiras três semanas de julho o consumo cresceu 37% em comparação com a média semanal de 4 de fevereiro a 16 de março.

No Nordeste e Centro-Oeste, essa alta ficou em 16%, e no Sudeste e Sul, o crescimento foi de somente 2% e 1%, respectivamente. Veja abaixo o gráfico montado pelo BC dos municípios com maior alta nas transações com cartão de débito em relação ao período antes da crise (quanto mais vermelho, maior a alta):

Crédito: Reprodução

“Estamos em um abismo trabalhista, e mesmo assim o trampolim do auxílio emergencial levou muita gente a alturas maiores do que antes”, avalia Marcelo Neri, um dos maiores especialistas do país em temas sociais e diretor da FGV Social. “Lembrando que boa parte das pessoas recebe R\$ 1.200 são mulheres chefes de família.”

Ele lembra que a renda média do trabalho no Brasil teve uma queda de 6,7% no segundo trimestre deste ano na comparação com os últimos três meses de 2019, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). “Ou seja, não é renda do trabalho que está determinando esse movimento, é o auxílio. Que não é sustentável fiscalmente”, lembra ele.

O programa custa cerca de R\$ 50 bilhões por mês. Nesta semana, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a prorrogação do auxílio emergencial até o final do ano em parcelas menores, de R\$ 300.

O economista Pedro Fernando Nery, consultor do Senado, avalia o programa como uma transferência de renda “histórica”, apesar de insustentável no tempo. “De fato houve ganho de renda para as regiões mais pobres. O auxílio não apenas salvou famílias de entrarem na pobreza, como permitiu que milhões delas saíssem dela”.

Municípios de menor renda

O levantamento do BC detalhou como o socorro aos mais pobres em meio à crise teve como efeito a saída de 13,1 milhões de brasileiros da pobreza até julho (número calculado pela FGV).

O estudo dividiu as cidades do Brasil em quatro grupos, variando de acordo com a renda média desses municípios. Abaixo é possível observar o quanto as compras com cartão de débito aumentaram nas cidades mais pobres em relação ao pré-pandemia.

Os municípios de menor renda estão identificados como 1º e 2º quartis (o número 100 é a média das compras entre fevereiro e meados de março):

Crédito: Reprodução

“De uma certa forma o que aconteceu é irreal. Teve esse efeito de inverter tendências de consumo e renda, mediante um custo fiscal não trivial”, aponta Neri.

O pesquisador da FGV lembra que o movimento ajuda a explicar o forte ganho de popularidade do presidente Jair Bolsonaro e a dificuldade de se reduzir ou suspender o auxílio neste momento.

“Já estamos entrando em período eleitoral. Existe um ciclo político de negócios que é muito forte no Brasil, e estamos nesse período”, diz, referindo-se às eleições municipais. “A escolha de se retirar o auxílio e instituir o Renda Brasil, que seria um pós-auxílio, é algo bem delicado do ponto de vista político”.

Um quarto do consumo

Apesar dessa alta no consumo, a participação dos dois grupos de municípios de menor renda em relação ao total de bens e serviços pagos com cartão de débito representa somente 25% do consumo nacional.

Enquanto isso, o grupo de cidades mais ricas responde por 46,1% de todas as compras. No levantamento, os pesquisadores afirmam que a volta do consumo dessa população será essencial para a retomada da economia.

“A participação dessas localidades de menor renda no consumo total é reduzida, indicando que uma recuperação mais vigorosa da economia nacional pode depender do retorno mais amplo da oferta de bens e serviços e do consumo da população dos municípios de renda mais alta, que pode ter aumentado a poupança precaucional nesse período de incertezas e recuo da confiança”, diz o estudo.

Traduzindo, o estudo afirma que a população mais rica pode ter guardado recursos nesse momento de crise, movimento que pode ajudar a reanimar a economia no futuro, conforme o isolamento social for sendo flexibilizado.

E quando o auxílio acabar?

O mais provável é que, em algum momento o Brasil, que projeta um rombo fiscal de mais de R\$ 570 bilhões entre 2021 e 2023, terá que suspender o benefício. O que pode acontecer nesse cenário?

Para o especialista da FGV, os números de consumo, por exemplo, vão cair tão rapidamente quanto subiram. “A tendência é da desigualdade explodir. Estamos no olho do furacão, a ventania é logo ali. É uma calmaria que não vai durar”, avalia. “A suspensão temporária de contratos de trabalho e de financiamentos, por exemplo, não vão durar para sempre”.

Nery, consultor do Senado, avalia que o auxílio simplesmente não é sustentável. “Quando o auxílio acabar, esse efeito acaba. Embora o potencial de multiplicação seja muito alto, ele não se sustenta no tempo”, afirma. “A pressão para que um benefício maior que o Bolsa Família seja implementado será grande”, completa, lembrando que o Ministério da Economia ainda trabalha no desenho do programa social Renda Brasil.